

## ***Kalendarium peculiare Ordinis Sanctae Crucis (I)***

### **Introdução a um estudo dos Calendários da Ordem dos Cônegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra**

#### ***Summary***

*This article serves as an introduction for a detailed study of the medieval kalendars of the Order of Canons Regular of the Holy Cross. The results, in turn, can help to prepare a modern-day kalendar for the Order according to principles set down in number III of the Conciliar document Sacrosanctum Concilium. These kalendars, dating from the XII to the XVI centuries, are contained in 14 manuscripts and will be studied individually in a series of articles.*

*In the first part, the article considers the fascinating phenomenon of time, which is understood diversely by each epoch. Christianity also has its understanding of time, which relates to each person of the Holy Trinity in a different way.*

*In the second part, the article considers the liturgical kalendar and gives a brief summary of its history, highlighting key moments of its development. Originally local in character, the kalendar became universal in the XVI century with the liturgical books based on the Tridentine reform. At that period, the Church reduced the number of liturgical celebrations. By the time the Second Vatican Council began, it was necessary to subject the kalendar to a new reform for the same reasons. The Second Vatican Council called for a return to local kalendar while basing them on the universal kalendar according to determinations set down by SC III.*

*In the third part, the article presents 14 different kalendars found in the manuscripts of the Order of the Holy Cross, which will be studied in depth in later articles.*

\* \* \*

*Criou os grandes luzeiros: é eterna a Sua bondade.*

*O sol para presidir ao dia: é eterna a Sua bondade.*

*A lua e as estrelas para presidir a noite:*

*é eterna a Sua bondade.*

(Salmo 135)

\* \* \*

## I. Tempo como sinal

Desde sempre o tempo cativou e fascinou o homem. Não era o tempo como realidade abstrata, mas como realidade complexa que acompanhava e marcava a vida de todo o homem no seu quotidiano. O tempo é como pedra preciosa, talhada de numerosas facetas, o qual não pode ser visto todo de uma vez, mas somente alguns aspetos de cada vez, fato que implica tanto o apreço de uns elementos como a exclusão ou negligência de outros. É interessante ver como os diversos povos, confissões religiosas, épocas e pessoas respondem à questão: “Que significado tem o tempo?”<sup>1</sup>

O mundo de hoje, por exemplo, vê o tempo principalmente de um ponto de vista quantitativo. O homem moderno se ocupa em precisar, tanto quanto possível, as horas e minutos ou em assegurar as datas exatas, e, muitas vezes, destaca praticamente o tempo da natureza. Hoje, o relógio determina tudo e se tornou o instrumento indispensável para a grande maioria. De um lado todos querem as horas mais exatas o quanto possível — só se precisa de pensar no relógio atômico — mas, de outro lado, não se conhece ritmo nem harmonia e nunca houve tanta desvalorização do tempo como hoje, onde se multiplicam inúmeros “passatempos”! Na atualidade se contempla a vida na luz do trabalho (serviço) e do lazer (feriados ou férias). As quatro estações são praticamente coisa do passado. Enquanto sinal, se pode dizer que o tempo sofre consideravelmente.

---

<sup>1</sup> Para ver os diversos sentidos da noção “tempo”, ver Stefano Rosso, *Il Segno del Tempo nella Liturgia. Anno Liturgico e Liturgia delle Ore*, Editrice Elle-di-Ci, Torino 2002, 23-54.

Na antiguidade se contemplava o tempo mais de um ponto de vista interior. O homem de então não se preocupava tanto com as horas nem com as datas, mas também não estava indiferente ao tempo, como alguns acusam.<sup>2</sup> É só que ele o contemplava de um outro ângulo que o homem de hoje não consegue entender. Naquela altura, se vivia muito mais em sintonia com a natureza e assim se via o mundo. O tempo possuía mais poder de sinal. O homem da Idade Média preocupava-se muito com a astronomia e vivia mais dos ritmos temporais. É neste clima que surgiram os diversos tipos de calendários: agrícolas, astronômicos, festivos, etc.

Para o Cristianismo, o tempo não é um mero fascínio exterior. Além de ser uma realidade interior, o tempo assume um significado estreitamente religioso, deduzido da divina revelação e do ato de redenção e transferido para a liturgia. Desta forma, se vê como o tempo se torna num verdadeiro encontro com Deus, um encontro que receberá uma estrutura orgânica segundo o ritmo do tempo. A fé cristã carrega o tempo com sentido teológico e cristológico. Por isso, o tempo não se pode entender como uma simples passagem de momentos sucessivos — “*Chronos*”, mas se transforma numa realidade cheia de significado, num “*Kairos*”.<sup>3</sup> O tempo, assim visto, se torna em sinal, em “sacramento”.<sup>4</sup>

Deus criou o universo e com ele o tempo.<sup>5</sup> Como as Escrituras revelam, Deus não fica indiferente diante daquilo que criou. Se é certo que, em si, o tempo é algo estranho a Deus — pois Ele é eterno e vive na eternidade — se deve dizer que, ao criar e continuamente sustentar o tempo, o tempo depende de Deus e tem uma relação com Ele. Mais ainda, o tempo se relaciona com cada uma das pessoas da Santíssima Trindade. Mesmo que se tenha que admitir que são as três pessoas divinas que participam no ato de criação,<sup>6</sup> sabemos que a relação é diferente com cada uma delas.

Como ponto de origem, o Pai ocupa um lugar especial na criação, de forma que é normalmente a Ele que se dá o título de Criador. Os sete dias

<sup>2</sup> Cf. Jacques LE GOFF, *A Civilização do Ocidente Medieval I*, Editorial Estampa, Lisboa 1995, 217-221.

<sup>3</sup> Cf. J. López MARTÍN, *Tempo Sagrado, Tempo Litúrgico e Mistério de Cristo*, em: *A Celebração na Igreja III. Ritmos e tempos da celebração*, organizado por Dionísio Borobio, Edições Loyola, São Paulo 2000, 37.

<sup>4</sup> Cf. Stefano Rosso, *Il Segno*, 51-52.

<sup>5</sup> Cf. *Cat* (= *Catecismo da Igreja Católica*), n. 338.

<sup>6</sup> “*Creatio commune est opus Sanctissimae Trinitatis*” (*Cat* 292).

da criação têm um papel importante na teologia da criação e contribuem para o tema do tempo. Desde o início, Deus serviu-se do tempo para revelar o Seu mistério e os Seus planos para a humanidade. Apesar do pecado original e das suas conseqüências, Deus não abandonou a humanidade, nem desistiu dos Seus desígnios,<sup>7</sup> mas através dos tempos revelou a Sua presença benevolente e a Sua vontade de salvar o homem pecador. “Repetidas vezes fizestes aliança com os homens e pelos profetas os formastes na esperança da salvação”.<sup>8</sup> Este processo levou muito tempo até chegar ao seu pleno cumprimento. Durante todo o Antigo Testamento, Deus Pai manifestou a Sua presença não só por grandes prodígios, que posteriormente foram comemorados com celebrações, como a páscoa, a festa das semanas, a festa da expiação, entre outros, mas também através da santificação semanal do sábado. Assim surgiu uma espécie de “calendário” antigo-testamentário.

Mas é só na “plenitude do tempo” que Deus Pai nos falará plenamente em Seu Filho Unigênito (cf. *Hb* 1,1-3). Em Cristo, o Pai levará à plenitude a revelação de si próprio e de Seus planos. Pela Encarnação do Verbo de Deus, Deus se aproxima da criação e entra no tempo dos homens, iniciando assim um tempo novo. As palavras “*et Verbum caro factum est*” mudaram o curso dos tempos.

Toda a vida de Jesus Cristo é o “ano de Redenção” (*Is* 58, 6), onde se desenrola o mistério de Cristo. Este “ano de graça” começa com a Encarnação do Filho de Deus, culmina no mistério pascal da paixão, morte e ressurreição de Cristo e termina com a Sua ascensão.<sup>9</sup> Neste tempo, Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, exerce uma influência singular sobre a criação e, particularmente, sobre o tempo. Cada momento é momento salvífico e cumprimento de toda a promessa do Antigo Testamento.

O momento culminante do mistério de Cristo, porém, se realiza quando Jesus se revelar como Salvador do mundo no Sacrifício da Cruz. A missão do Filho tende para e culmina no mistério pascal. Naquele momento,

---

<sup>7</sup> Como diz a Oração Eucarística IV do Missal Romano (tradução de Portugal): “E quando, por desobediência, [o homem] perdeu a vossa amizade, não o abandonastes ao poder da morte, mas, na vossa misericórdia, a todos socorrestes, para que todos aqueles que Vos procuram Vos encontrem”.

<sup>8</sup> Oração Eucarística IV do Missal Romano.

<sup>9</sup> Cf. *Cat* 514-518, 522-560.

Cristo redimiu o homem e com ele todos os tempos. Na Cruz, Cristo salvou o tempo e, no mesmo instante, o tempo se tornou salvífico.

Por isso, a Páscoa constitui a «festa das festas», porque pelo “mistério da ressurreição, em que Cristo aniquilou a morte, [Ele] penetra no nosso velho tempo com a Sua poderosa energia, até que tudo Lhe seja submetido”.<sup>10</sup> A liturgia proclama, “Cristo é a nossa Páscoa”, porque é só n’Ele que a Páscoa da Antiga Aliança chega ao seu pleno cumprimento. É em Cristo que todas as festas de Israel se realizam plenamente. A Páscoa cristã forma o núcleo e dá origem a todo o ano litúrgico, como indica o *Catecismo da Igreja Católica* no número 1168:

Partindo do Tríduo Pascal, como da sua fonte de luz, o tempo novo da ressurreição enche todo o ano litúrgico da sua claridade. Progressivamente, dum lado e doutro desta fonte, o ano é transfigurado pela liturgia.

Mas o “ano de Redenção” de Cristo se tornou o “ano de Redenção” da Igreja pelo mistério pascal. “No tempo da Igreja, situado entre a Páscoa de Cristo, já realizada uma vez por todas, e a sua consumação no Reino de Deus, a liturgia celebrada em dias fixos está toda impregnada da novidade do mistério de Cristo”.<sup>11</sup> Desta forma a Igreja vive do mistério de Cristo na liturgia e Cristo continua a exercer a Sua influência, pela graça, sobre a humanidade. O mistério de Cristo passa a ser o nosso mistério e o elo entre um e outro é o Espírito Santo. Por isso, Ele recebe o nome de Santificador. O Espírito Santo empenha-se na recriação, renovação e transformação da criação e do tempo.

O Espírito Santo liga-nos aos mistérios de Cristo através do tempo, pela atualização do único mistério de Cristo ao longo do tempo.<sup>12</sup> É neste sentido que se entende o tempo litúrgico e a razão porque a Igreja pode dizer em cada celebração “*hodie*”.

O “ano de graça” ganha uma forma concreta no ano litúrgico. Como a natureza humana de Cristo foi o “sacramento” do mistério do Deus invisível durante a vida de Jesus, assim o ano litúrgico se torna o “sacramento” do mistério de Cristo através dos séculos. Por isso, a Igreja insiste na primazia dos mistérios de Cristo no ano litúrgico a partir da Páscoa, porque eles formam o arquétipo para os cristãos. Estes mistérios formarão o

---

<sup>10</sup> *Cat* 1169.

<sup>11</sup> *Cat* 1164.

<sup>12</sup> Cf. *Cat* 1104.

ciclo do Tempo, chamado também o *temporal*.<sup>13</sup>

Mas como declara o *Catecismo*, “toda a riqueza de Cristo «se destina a todos os homens e constitui o bem de cada um». Cristo não viveu para Si, mas *para nós*, (...)”.<sup>14</sup> Propriamente por isso, a Igreja começou a venerar Nossa Senhora e os Santos, a inserir as suas memórias no decorrer do ano litúrgico e nunca podia deixar de fazê-lo, porque “ao celebrar o ‘*dies natalis*’ (dia da morte) dos Santos, proclama o mistério pascal realizado na paixão e glorificação deles com Cristo, (...)” (SC 104). Estas comemorações formarão o ciclo dos Santos ou o *santoral*.

Estes dois ciclos, o *temporal* e o *santoral*, vão constituir o ano litúrgico. O presente estudo concentrar-se-á sobretudo no que respeita ao calendário.

## II. Ano Litúrgico e Calendário

O ano litúrgico é a celebração do ciclo anual dos mistérios de Cristo. O termo ‘ano litúrgico’, que se usa habitualmente hoje, surgiu somente no século XIX com Dom Guéranger, abade do famoso mosteiro beneditino Solesmes. A idéia, porém, remonta, pelo menos, ao século IV. Nesta altura se empregava o termo “*circulus anni*”, que não corresponde exatamente ao termo “ano litúrgico”, mas reflete claramente o essencial. O conteúdo da idéia foi-se desenvolvendo até ao século XVI quando chegou à sua compreensão total. Neste mesmo século se dirá “ano da Igreja” (“*Kirchenjahr*”), o que já se aproxima muito ao termo hodierno. Um pouco mais tarde, esta última denominação virá a chamar-se “ano cristão”.<sup>15</sup> O ano litúrgico refletiu-se primeiramente no ciclo do tempo (*temporal*), mas veio a incluir o ciclo dos Santos (*santoral*).

O calendário litúrgico<sup>16</sup> define-se como um elenco de festividades celebradas numa determinada igreja local, dispostas nos seus dias próprios

---

<sup>13</sup> O *temporal* corresponde principalmente aos tempos do Advento e do Natal, da Quaresma e da Páscoa, mas também do Tempo Comum, onde os diversos traços do mistério de Cristo são colocados de uma forma quase arbitrária.

<sup>14</sup> *Cat* 519.

<sup>15</sup> Cf. Matias AUGÉ, *L'Anno Liturgico nei primi quattro secoli*, em: *Scientia Liturgica V. Tempo e Spazio Liturgico*, Piemme, Casale Monferrato 1998, 169.

<sup>16</sup> Esta qualificação “litúrgico” determina o tipo de calendário que pode variar; em inglês, no entanto, esta distinção se faz pelo uso da letra “k” em vez da letra “c”: “*kalendar*”,

do ano litúrgico. Esta lista litúrgica de festas de Nosso Senhor, Nossa Senhora e dos Santos recebeu o nome de *santoral*.<sup>17</sup>

Quanto aos detalhes, o desenvolvimento do calendário através dos séculos será bastante complexo. Isso se deve em primeiro lugar, ao fato de os calendários serem de caráter local. Como cada igreja, nação ou comunidade religiosa tem a sua história, cada uma desenvolverá um calendário conforme a sua vida eclesial local e as suas necessidades. Isso não quer negar que não existiam influências de um lugar sobre outro, mas quer afirmar que havia uma autonomia, quanto à sua vida litúrgica. Como veremos em frente, a peregrinação aos lugares dos mártires e dos santos conduzirá a uma vasta difusão da veneração aos santos e a um forte crescimento dos calendários. O calendário litúrgico passará por diversas fases até chegar à forma que se conhece hoje. Cada época porá outros elementos em relevo, mas um constante é o mistério de Cristo que constituirá o âmago de todo o processo de formação do ano litúrgico.

Mas o fato de os calendários serem primariamente locais, não deve levar-nos a pensar que não haviam ligames entre eles. Na verdade os calendários revelam certos traços comuns através dos séculos. Em geral, se pode dizer que os calendários litúrgicos conheceram dois grandes momentos na sua história. Num primeiro momento vemo-lo como documento separado e surge já na antiguidade. Como já se notou, os primeiros calendários não se referem ao ciclo temporal, mas apenas ao ciclo das festividades fixas do Senhor e dos Santos. Os dois exemplos mais antigos provêm do século IV e formarão a base do que será mais tarde o calendário romano.<sup>18</sup>

O primeiro chama-se o *Cronógrafo filocaliano*.<sup>19</sup> Trata-se de um almanaque de luxo, ornado de suntuosos desenhos. É constituído de duas partes, onde a primeira parte contém os fastos romanos do ano e as fes-

---

cf. Andrew HUGHES, *Medieval Manuscripts for Mass and Office. A Guide to their Organization and Terminology*, University of Toronto Press, Toronto, 1995, 355 nota 6.

<sup>17</sup> O *santoral* celebra também festas de Nosso Senhor, porque o *santoral* está baseado sobre um calendário fixo, enquanto o temporal está baseado sobre um calendário móvel. Cf. Matthias AUGÉ, *Il calendario litúrgico*, em: *Anamnesis 6. Anno Litúrgico. Storia, Teologia e Celebrazione*, Marietti, Genova <sup>3</sup>1992, 59-60.

<sup>18</sup> Cf. Cassian FOLSOM, *I Libri Liturgici Romani*, em: *Scientia Liturgica I: Introduzione alla Liturgia*, Piemme, Casale Monferrato 1998, 282-283.

<sup>19</sup> O nome provém do nome do autor Fúrio Dionísio Filocalo, artista grego, que o compôs para o uso de um cristão rico chamado Valentino. Há algumas edições deste

tas tradicionais, depois os sete dias da semana com suas propriedades astrológicas e a segunda parte compreende ainda numerosas informações de ordem civil e termina com algumas indicações claramente cristãs, tudo sem ilustrações. Na segunda parte se encontram ainda duas listas de aniversários: uma de bispos, chamada *Depositio episcoporum* e outra de mártires, chamada *Depositio martyrum*.<sup>20</sup>

A *depositio episcoporum*, seguindo a ordem de um calendário civil, expõe uma lista de papas não mártires, desde Lúcio († 254) até Silvestre († 335). Ela foi redigida em 336, mas a lista foi posteriormente atualizada até ao ano 354.

A *Depositio martyrum* começa com o Natal de Cristo no dia 25 de Dezembro e continua depois a enunciar a lista dos mártires festejados em Roma, segundo a ordem do calendário de janeiro a dezembro, com suas datas e o lugar da sepultura. O mártir mais antigo, citado pelo *Cronógrafo filocaliano*, é o papa Calisto, morto em 222, e os mais recentes são os da perseguição de Diocleciano, que terminou em 305.

O segundo documento encontra-se no Oriente sob o nome de *Calendário de Nicomédia* e deve ter sido redigido por volta do ano 363.<sup>21</sup> O texto grego se perdeu, mas dele possuímos um resumo siríaco de 411.<sup>22</sup> Este manuscrito fornece-nos “os nomes dos nossos senhores e mártires, os vitoriosos, com os dias em que ganharam suas coroas”. Aos nomes dos mártires anteriores à época de Diocleciano, chamados « antigos », ele acrescenta os da grande perseguição, iniciada sob o mencionado imperador, e os da perseguição de Juliano, o Apóstata (361-363). Aos nomes dos mártires ocidentais ou da bacia do Mediterrâneo listados na primeira parte do documento, ele acrescenta, na segunda parte, os orientais da Armênia e da Mesopotâmia.

---

calendário: em *Liber Pontificalis* I, edição L. Duchesne, Paris 1886, 10-12; *Enchiridion fontium historiae ecclesiasticae antiquae*, editado por C. Kirch, Barcelona 1965, 331-332; R. VALENTINI e G. ZUCCHETTI, *Codice topografico della città di Roma* II, Roma 1942, 12-28.

<sup>20</sup> Cf. Matias AUGÉ, *L'Anno Liturgico*, p. 61.

<sup>21</sup> Cf. *ibid.*, pp. 61-62.

<sup>22</sup> Há uma edição crítica: *Breviarium Syriacum seu Martyrologium Syriacum saeculi IV iuxta codicem SM. Musaei Britannici ADD. 12150*. Ex syriaco in latinum transtulit notisque atque introductione illustravit B. Mariani, (*Rerum Ecclesiasticarum Documenta - series minor. Subsidia studiorum* 3), Roma 1956.



Pode-se dizer que das *depositiones episcoporum* e *martirum* surgem dois tipos de livros litúrgicos que, embora numa primeira fase nem sempre fácil de distinguir, desenvolver-se-ão de formas bem diferentes: são o *calendário* litúrgico e o *martirólogo*.<sup>23</sup>

O *Cronógrafo* romano tem ainda um detalhe digno de notar. É que, apesar de apresentar um caráter local, figuram as santas Perpétua e Felicidade (7 de março) e São Cipriano (14 de setembro), todos mártires da Igreja africana. Pode-se ver como algumas festas forasteiras encontraram um espaço no calendário romano. No *Calendário de Nicomédia* se constata um fenômeno semelhante. Assim se pode constatar, que, apesar de o calendário ter um caráter essencialmente local, há uma abertura para aceitar santos de outros locais. Como já foi mencionado acima, este fato se deve seguramente ao fenômeno das peregrinações. A partir do século IV, quando terminarem as atroz perseguições dos cristãos, surgiram as peregrinações aos lugares onde foram sepultados os mártires.<sup>24</sup> Esta piedade fez com que a veneração dos mártires e, mais tarde, dos santos se espalhasse por vastos espaços do ocidente. Estas impressionantes movimentações iam ter não só uma grande influência sobre a formação dos livros litúrgicos, mas exerceu uma enorme importância na formação dos calendários.<sup>25</sup>

O segundo grande momento do calendário é como livro composto. Ele surgiu, primeiramente, em terras francesas a partir do século IX e só bem mais tarde, depois do século XII, vai fazer parte do uso romano. Originariamente, os calendários surgem em conjunto com o sacramentário, o lecionário e o antifonal.<sup>26</sup> Entre os séculos VIII-X, o calendário sofreu

---

<sup>23</sup> O termo "*martyrologium*" apareceu bastante tarde, no ano 731, sendo usado pelo Venerável Beda. Originariamente, o martirólogo incluía os aniversários dos mártires, mas com o passar do tempo veio a conter também os dos santos não mártires. O que distinguiu o martirólogo essencialmente do calendário era a inclusão da localização topográfica. Mais tarde, o martirólogo mencionava certos dados sobre os santos, especialmente depois de constituir parte do ofício divino. Cf. Jacques DUBOIS e Jean-Loup LEMAITRE, *Sources et méthodes de l'hagiographie médiévale*, Editions Cerf, Paris 1993, 59 e 103-104.

<sup>24</sup> Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES, *A Peregrinação no grande Jubileu do Ano 2000*, Paulinas, Lisboa 1999, n. 14; S. Rosso, *Il Segno*, 345-346.

<sup>25</sup> Neste contexto escreveram-se os *libelli*, pequenos livretes com as orações das celebrações dos santos Cf. Cyrille VOGEL, *Medieval Liturgy. An Introduction to the Sources*, The Pastoral Press, Washington, D.C. 1986, 38.

<sup>26</sup> Cf. C. FOLSOM, *I Libri Liturgici Romani*, 283.

um aumento significativo, graças à reforma carolíngia.<sup>27</sup> Quando surgem os primeiros livros litúrgicos nos séculos VIII-IX em terras francesas, eles integram já os santos do calendário romano, dando origem assim a um calendário franco-romano, que posteriormente fará parte do calendário romano na segunda metade do século X. O século seguinte verá a introdução de numerosos papas no calendário romano no contexto da reforma gregoriana.<sup>28</sup> O século XII será um tempo decisivo para o desenvolvimento do calendário romano, pois é precisamente então que ele formará a base de numerosos calendários em todo o ocidente.<sup>29</sup> Embora os calendários locais continuarão a ter uma grande autonomia, o calendário romano formará sempre o núcleo fundamental.

No fim do século XII há um outro acontecimento que marca profundamente a história do calendário. Trata-se da introdução e difusão do culto de São Tomás Becket. S. Tomás era arcebispo de Cantuária e foi martirizado em 27 de Dezembro de 1170 por causa de seu apoio ao papa diante de Henrique II, rei de Inglaterra. Logo se espalhou o culto do santo arcebispo por todo o ocidente, onde ele foi considerado como grande modelo para clérigos em relação aos governadores civis. A partir daí se procurará modelos contemporâneos de santidade. Mesmo assim, o número das festas novas a serem introduzidas nos diversos calendários ficará bastante modesto nos primeiros tempos.<sup>30</sup>

O calendário local de Roma continua a oferecer a trama do Santoral, mas universalizou-se tornando-se o espelho da santidade da Igreja inteira. Mas de um calendário universal, no sentido estrito, pode-se falar só do ano 1568 em diante, isto é, desde quando Pio V impôs a toda a Igreja latina o Breviário reformado, com o calendário anexo. O mesmo calendário se encontra também no Missal romano, reformado e prescrito igualmente por Pio V a toda a Igreja latina em 1570.

Nos séculos XV e XVI dois acontecimentos vão afetar radicalmente o rumo dos calendários locais. O primeiro sucede em meados do século XV. Trata-se da invenção da tipografia, o que vai transformar radicalmente o

---

<sup>27</sup> Cf. S. ROSSO, *Il Segno*, 356.

<sup>28</sup> Cf. Pierre JOUNEL, *Anno Litúrgico*, em: *La Chiesa in Preghiera IV: La Liturgia e il Tempo*, Queriniana, Brescia 1984, 150.

<sup>29</sup> A partir deste momento o calendário romano vai formar definitivamente o núcleo dos calendários das diversas liturgias ocidentais, como a galicana, a hispânica, a celta, etc.

<sup>30</sup> Cf. P. JOUNEL, *Anno Litúrgico*, 149-150; S. ROSSO, *Il Segno*, 357.

desenvolvimento da Europa e do mundo. Se é verdade que o livro impresso facilitou a multiplicação e difusão de textos, o mesmo implicou a diminuição dos manuscritos. Em relação à liturgia, tal fenômeno vai empobrecer os livros litúrgicos e, naturalmente, os calendários litúrgicos. A razão é muito simples: se a tipografia permite a tiragem em grande número, um manuscrito foi sempre um exemplar singular, sendo adaptado às necessidades de quem o mandava fazer. Como os livros impressos deviam ser preparados para grupos maiores, era necessário eliminar as particularidades e encontrar um padrão comum. O segundo acontecimento surge mais do que cem anos depois da invenção da tipografia, quando aparece o outro grande fator que influenciou os calendários: o Concílio de Trento. Em 1570 quando o calendário romano do *Missale Romanum* entrou em vigor, apareceu na história da liturgia romana pela primeira vez um calendário verdadeiramente universal no sentido estrito da palavra. A partir de então o calendário universal desvirtua praticamente o local.

Até ao século XVI os calendários tiveram uma amplificação considerável quanto ao conteúdo. O número de comemorações no calendário ficou superabundante até ao início do Concílio de Trento que, em 1545, passou de um número modesto de noventa a 220. O *Missale Romanum* de 1570 reduziu o santoral a 130 festas, mas com o passar do tempo e pelo fato de não haver nenhuma reforma da liturgia pelo meio, o número de festas no calendário subiu até 270 em 1962 antes do Concílio Vaticano II.<sup>31</sup>

Como os reformadores de Trento, os padres conciliares reconheceram a necessidade de reformar o calendário romano e encontrar soluções para a situação hodierna. Por isso, a decisão de reduzir o número de comemorações não pode ser considerada em si como uma falta de fé, mesmo que algumas tendências que apareceram posteriormente não foram corretas. O primeiro passo para reformar o calendário era redescobrir o seu papel e estabelecer princípios. Não conhecendo os princípios empregados pelos reformadores de Trento, os padres conciliares foram obrigados a estabelecer diretivas para a reforma do calendário.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Cf. Philippe ROUILLARD, *Il culto dei santi in oriente e in occidente*, em: *Scientia Liturgica* V, p. 348.

<sup>32</sup> Cf. Joseph A. JUNGSMANN, *The Mass of the Roman Rite - Missarum Sollemnia* I, Christian Classics, Allen (Texas) 1986, p. 135.

Como se pode constatar nos números 102-105 do documento conciliar *Sacrosanctum Concilium* o Concílio confirma a tradição constante da liturgia em relação à celebração do ano litúrgico. A novidade consiste em dois pontos: primeiro, há uma prioridade dos mistérios de salvação em relação aos santos (nn. 107-108) e segundo revitalizar o calendário particular, combinando-o com o calendário universal (n. 111b). Em face de tantas festas a Igreja teve que encontrar uma forma de aliviar o calendário universal. A idéia do Concílio Vaticano II era claramente de incluir no Calendário Romano universal apenas os santos de caráter universal e deixar aos calendários regionais, diocesanos ou religiosos as festas de caráter particular. Desta forma o Calendário Romano geral oferecia um tipo de padrão que seria adaptado conforme as necessidades de cada igreja particular.

A solução encontrada pelos padres conciliares parece ser genial por várias razões. A primeira razão, mais geral, é que ela parece ser coerente com o intento do documento,<sup>33</sup> pois como o Vaticano II desejava reanimar a vida cristã na e pela liturgia, ela não podia negligenciar o valor dos calendários particulares, pois é pela renovação das igrejas particulares que a Igreja universal se renova. Outra razão é que, recorrendo ao calendário particular, se trata de recuperar algo originário e extremamente importante, ou seja, o papel intrascendente dos valores locais. Um terceiro ponto é que a combinação entre os dois calendários leva a uma eclesiologia acertada, que procura um equilíbrio justo, dando prioridade aos calendários locais e particulares, mas sem se destacar da Igreja universal. Uma quarta e última razão é que desta forma se dá mais valor ao calendário enquanto sinal.

O *Sacrosanctum Concilium* 111 permite distinguir dois calendários, os quais serão elaborados depois em dois diferentes documentos. O primeiro se chama *Calendarium Romanum*, publicado pela então Sagrada Congregação dos Ritos no 21 de março de 1969<sup>34</sup>. Nele, a Igreja procurou transformar os princípios gerais do Concílio Vaticano II em soluções práticas. Divide-se em duas partes: a primeira trata do ano litúrgico e a

---

<sup>33</sup> Entre outras coisas, se pode ver SC números 1, 7, 14, 21, 33 etc.

<sup>34</sup> Publicado em: *Notitiae* 5 (1969) 163-176. O texto, menos a parte introdutiva, se encontra também no Missal sob o título *Normae universales de Anno liturgico et de Calendario*, em: *Missale Romanum*, Civitas Vaticana 32002, 93-103, como na edição anterior e nas respectivas traduções vernáculas.

segunda entra no tema do calendário. O teor do documento é principalmente estabelecer o calendário universal e preparar a base para os calendários particulares. Além de reiterar que o calendário geral deve incluir tanto o temporal como o santoral (n. 49), o documento reafirma a diferença entre o calendário geral e o calendário particular (n. 48)<sup>35</sup>. Quanto ao último, convém notar que o calendário geral, embora pertencente à Igreja Universal, nunca será celebrado integralmente por nenhuma igreja particular, nem mesmo pela corte papal, porque o calendário geral forma a base e transforma-se em calendário particular conforme a vida eclesial de cada igreja particular.<sup>36</sup> Segundo este documento, o calendário particular pode ser de uma igreja particular ou de uma comunidade religiosa. No fim do documento, há uma tabela de precedência das festas.

O segundo documento se intitula *Calendaria Particularia* e foi promulgado no dia 24 de Junho de 1970<sup>37</sup>. Este documento trata dos calendários particulares e se divide em cinco capítulos. Além de propor normas gerais em relação aos calendários particulares, o documento procura oferecer todos os dados necessários para preparar um calendário particular. Aqui não é necessário entrar em mais pormenores.

Aos 20 de setembro de 1997, a Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos promulgou o documento *Notificazione su alcuni aspetti dei calendari e dei testi liturgici propri*<sup>38</sup> que, de um lado, confirma os princípios usados para a reforma dos calendários, mas que, de outro lado, reconhece duas novas situações. A primeira situação é a de um aumento significativo de celebrações que surgiram graças às numerosas beatificações e canonizações nas últimas décadas. A segunda situação é a de um aumento de graus de celebrações por causa da inserção de numerosas celebrações no calendário geral, que permite uma

---

<sup>35</sup> “A ordenação da celebração do ano litúrgico é regulada pelo calendário, que é geral ou particular, conforme se refere a todo o rito romano ou a alguma Igreja local ou família religiosa” (*Calendarium Romanum*, 48).

<sup>36</sup> Convém lembrar que o calendário universal propriamente dito nasceu muito mais tarde e nunca existiu como tal. O culto local de alguns santos passou a ser um culto universal, cf. M. AUGÉ, *Le feste dei santi*, em: *Anamnesis 6. Anno Litúrgico. Storia, Teologia e Celebrazione*, Marietti, Genova <sup>3</sup>1992, 253-254.

<sup>37</sup> SACRA CONGREGATIO PRO CULTO DIVINO, *Calendaria particularia*, em: AAS 62 (1970) 651-663; *Notitiae* 6 (1970) 349-370.

<sup>38</sup> Publicado em: *Notitiae* 32 (1997) 284-297.

maior flexibilidade nos calendários particulares. O texto pretende oferecer alguns esclarecimentos práticos para tais casos.

### III. Os calendários de Santa Cruz

Em base dos documentos citados, o desejo de ter um calendário particular para a nossa comunidade não é só lícito, mas até esperado. De fato, há conveniências para isso. Uma primeira razão, no nosso caso, é simplesmente histórica. Desde as suas origens, a Ordem da Santa Cruz possuiu um calendário particular conforme o seu estatuto e necessidades de vida. Além disso, o documento sobre a vida religiosa *Congregavit nos in unum Christi amor* nos dá a seguinte razão. Se uma comunidade tem uma obrigação de viver o seu carisma particular entre os seus membros e no mundo, tal incumbência deve encontrar um eco na celebração da Eucaristia e também no calendário da comunidade.<sup>39</sup> Ainda nesta mesma perspectiva, se podem invocar as *Constituições* da Ordem da Santa Cruz, capítulo 9, que põem em relevo a importância da vida litúrgica desde as suas origens. É lógico que o calendário litúrgico também tem um papel nesta vida.

Parece que, desde as origens, o calendário assumiu um papel todo especial para a nossa Ordem e, em geral, para as comunidades de cônegos regrantes. No costumeiro eram fixados todos os usos que determinavam o agir de um cônego, enquanto que no calendário litúrgico eram incluídos todos aqueles santos considerados importantes para a vida canonical e para o ideal de um cônego. Eles eram modelos para os cônegos e contribuíam para a “forma” própria da vida canonical. Assim se pode tirar a conclusão de que pelo calendário se podia chegar a um padrão do cônego regrente.

Mas conforme o desejo da Igreja, se deve renovar o calendário segundo os princípios já mencionados e adaptá-lo à situação atual. O número quatro do documento *Calendaria Particularia* pede uma precisa investigação teológica, histórica e pastoral dos calendários. Na ordem de trabalho em primeiro lugar está a investigação histórica, o que se pretende iniciar agora.

---

<sup>39</sup> Cf. CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA, *Congregavit nos in unum Christi amor*, Edições Loyola, São Paulo 1994, nn. 14 e 45.

É a primeira vez que se faz um estudo sério e aprofundado sobre os calendários de Santa Cruz.<sup>40</sup> Recentemente, dois calendários de Santa Cruz foram incluídos no contexto de teses de doutoramento, o calendário de Ms Santa Cruz 55<sup>41</sup> e o de Ms Santa Cruz 74<sup>42</sup>, ambos da Biblioteca Pública Municipal do Porto (= BPMP). Todos os outros calendários de Santa Cruz estão ainda por editar.

A investigação histórica dos calendários de Santa Cruz deverá consistir em três fases. A primeira fase do trabalho é a de procurar os diversos calendários pressupostamente pertencentes à Ordem de Santa Cruz e de estabelecer quais os que nos interessam. Isso será o objeto deste artigo. A segunda fase, que consistirá de diversos artigos, deve incluir um estudo detalhado e minucioso dos calendários de Santa Cruz, fixando-lhes o conteúdo e examinando os calendários no seu contexto próprio. Este trabalho moroso será feito por meio da edição dos textos, examinando a escrita e qualquer outro elemento que possa ajudar para adquirir informações sobre os documentos como, por exemplo, o estabelecimento de números de mãos. Também será imprescindível verificar a ligação de cada calendário com o resto do manuscrito, uma vez que se sabe que os calendários foram preparados separadamente e, por vezes, concebidos originariamente para outros livros. Estes dados podem ajudar-nos a descobrir ou a confirmar as datas de composição das respectivas testemunhas. A terceira e última fase será a de relacionar os calendários uns aos outros para descobrir o desenvolvimento e evolução do calendário de Santa Cruz.

Quais os manuscritos que podem conter os calendários de Santa Cruz? Será relativamente fácil descobri-los, graças a circunstâncias históricas. É que a quase totalidade dos antigos manuscritos de Santa Cruz, chamados “códices da livraria de mão”, foi levada para o Porto (Portugal) e constitui agora um fundo na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Exce-

---

<sup>40</sup> O Padre Avelino Costa estudou a maior parte dos calendários de Santa Cruz entre muitos outros calendários portugueses na sua tese de licenciamento sobre calendários portugueses medievais. Além de nunca ter sido publicada, esta obra fez mais um estudo de conjunto sem aprofundar o tema. Cf. *Calendários Portugueses Medievais*. Tese de licenciatura apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1950.

<sup>41</sup> Cf. Samuel Christopher WINKLER, *Ms Santa Cruz 55 of the Public Municipal Library of Porto*, edição do autor, Braga 2005.

<sup>42</sup> Cf. Agostinho Figueiredo FRIAS, *O Liber Ordinis Sanctae Crucis Colimbriensis*. Dissertação de doutoramento em filosofia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto 2001. Este trabalho ainda não foi publicado.

ção é um manuscrito que se tinha perdido e que foi recentemente encontrado no antigo mosteiro de Santa Cruz em Coimbra ao restaurar o seu coro.<sup>43</sup>

A recolha dos manuscritos da Ordem de Santa Cruz aconteceu no terceiro decênio do século XIX depois da extinção das ordens religiosas pelo governo liberal,<sup>44</sup> quando Alexandre Herculano, um humanista liberal que se apercebeu do valor cultural dos manuscritos, providenciou a chegada destes na então recém criada Real Biblioteca Pública do Porto.<sup>45</sup> Atualmente esta coleção de manuscritos é considerada entre as mais preciosas e importantes coleções de documentos medievais de Portugal e forma uma unidade com catalogação própria. Trata-se de 97 manuscritos, desde o século XII até ao século XVI. Estes manuscritos são descritos no *Catálogo*.<sup>46</sup>

Segundo o índice do *Catálogo*, existem treze manuscritos crúzios com calendários litúrgicos, que se estendem do século XII até ao século XVI. Todos os calendários são compostos, ou seja, são contidos junto a outros livros litúrgicos, formando parte destes. Além destes se pode juntar outro calendário, que se encontra num manuscrito recentemente descoberto na Igreja do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra.<sup>47</sup> Quanto ao número de calendários, embora se esperava uma quantia maior para uma comunidade da importância de Santa Cruz, os calendários são representativos.<sup>48</sup>

---

<sup>43</sup> Cf. *Santa Cruz de Coimbra. A Cultura Portuguesa aberta à Europa na Idade Média*, coordenado por Jorge Costa, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto 2001, 135.

<sup>44</sup> "... Artigo primeiro. Ficam desde já extintos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e Dominios Portuguezes todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaesquer casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto, ou regra..." (*História de Portugal V*, direção de J. Mattoso, 1993, 340).

<sup>45</sup> L. CABRAL e M.A. MEIRELES, *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Ed. Inapa, Lisboa 1998, 29

<sup>46</sup> A. NASCIMENTO e J. MEIRINHOS, *Catálogo dos códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto 1997.

<sup>47</sup> Este manuscrito, um colectário, é descrito no livro *Santa Cruz de Coimbra. A Cultura Portuguesa aberta à Europa na Idade Média*, na página 135. O livro foi redigido numa espécie de edição popular do *Catálogo dos Códices da Livraria*. Ele foi preparado para uma exposição dos manuscritos de Santa Cruz que fora feita no contexto das atividades culturais no ano 2001, quando a cidade do Porto foi a capital europeia da cultura.

<sup>48</sup> Esta referência em relação aos calendários reflete uma outra preocupação com o



Os calendários impressos não serão contemplados no nosso estudo por duas razões, ambas ligadas com o século XVI, que tiveram uma considerável influência sobre os calendários de Santa Cruz. A primeira é a transformação da Ordem de Santa Cruz de Coimbra em Congregação. Este processo afetou muito a vida, inclusive a vida litúrgica, da comunidade.<sup>49</sup> A segunda razão é a reforma litúrgica de Trento.

Ao estudar os calendários de Santa Cruz, se deve levar em conta dois importantes fatos: a data da composição e o tipo de livro litúrgico. Dividir-se-ão os manuscritos segundo o século. Quando se tratar de um manuscrito composto de vários períodos, será decisiva a datação do calendário.

Para o século XII, se podem enumerar seis (cinco) manuscritos:

- 1) BPMP, Ms 27 (do ano 1179), ff. 1r-6v, Saltério
- 2) BPMP, Ms 54 (possivelmente do séc. XIII), ff. I-V, Martirologio
- 3) BPMP, Ms 55, ff. 1r-7r, Sacramentário
- 4) BPMP, Ms 62, ff. 181v-187r, Breviário e Missal
- 5) BPMP, Ms 70, ff. 1v-6v, Saltério
- 6) BPMP, Ms 74, ff. 1v-7r, Costumeiro

Para o século XIII, encontram-se três (quatro) registros:

- 1) BPMP, Ms 24, ff. Ir-VIv, Saltério
- 2) BPMP, Ms 25 (só o calendário é deste século), ff. Ir-VIv, Saltério
- 3) BPMP, Ms 26, ff. 1r-6v, Saltério
- 4) BPMP, Ms 54 (ver acima)

Para o século XIV, há três registros:

- 1) BPMP, Ms 53, ff. IIIv-VIIIv, Ordinário
- 2) BPMP, Ms 65, ff. 1r-6v, Missal

---

número pouco elevado de manuscritos da Ordem de Santa Cruz em geral. Aires Nascimento vislumbra o problema e oferece soluções no seu artigo sobre o *scriptorium* de Santa Cruz, cf. *O Scriptorium de Santa Cruz*, em: *Catálogo dos códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*, organizado por A. Nascimento e J. Meirinhos, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto 1997, pp. XCIss.

<sup>49</sup> Para mais informações sobre este processo, cf. Saúl António GOMES, *Cónegos Regulares de Santa Cruz*, em: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores, Casais de Mem Martins 2000, 435-438.

3) BPMP, Ms 85, ff. 491r-496v, Breviário

Para o século XV, há apenas um manuscrito:

1) Mosteiro de Santa Cruz, Coimbra, Ms SC S/N (sem número), ff. Iv-VIIr, Colectário

Para o século XVI, encontra-se um único manuscrito com calendário:

1) BPMP, Ms 28, ff. 1v-7r, Missal intitulado «*Missal Rico*»

São estes os catorze calendários que serão objeto do nosso estudo. Sem entrar em detalhes sobre os calendários, convém fazer três observações. Primeiro, ao considerar os calendários se está a limitar ao ciclo dos Santos, sem tomar em conta o *temporal*. Os manuscritos para o ofício e a missa, porém, não ignoravam o *temporal*. Além dos formulários do ciclo do Tempo, os manuscritos incluíam tabelas para o cálculo da Páscoa e coisas semelhantes. Segundo, o calendário e o santoral eram partes distintas. Como o santoral continha as celebrações próprias dos santos, o número de santos era consideravelmente inferior. As celebrações dos restantes santos do calendários foram tiradas dos formulários comuns. Finalmente, nos calendários se encontram outros dados além dos nomes dos santos, que serviram para diversas finalidades. Além de demonstrar que os calendários era dum uso prático, tais dados também transmitem certas convicções, crenças e práticas daqueles tempos e podem servir para datar os documentos, em certos casos.<sup>50</sup>

## Conclusão

Nesta introdução se mostrou o valor e importância do tempo em relação à fé. Neste sentido o tempo é verdadeiramente um sinal que tem um papel importante na liturgia. Concretamente falando, o ano litúrgico e o calendário são expressões do mistério de Cristo. Durante os estudos dos calendários será importante considerar como a Ordem de Santa Cruz tentou exprimir este mistério nos seus livros litúrgicos para podermos formar uma base para o nosso calendário particular no futuro.

Samuel Winkler ORC

---

<sup>50</sup> Cf. A. HUGHES, *Medieval Manuscripts*, 275-280.